

Os militares e a defesa da Amazônia

MANUEL CAMBESES JUNIOR

O processo de desmantelamento das Forças Armadas brasileiras tornou-se evidente a partir do término da bipolaridade. A nova doutrina do Pentágono tenta desviar as Forças Armadas de países latino-americanos de suas nobres funções protetoras de seus Estados, ocupando-as em sustentar uma possível vocação de mobilidade das fronteiras americanas. Tal fato torna-se evidente quanto ao alto nível de aceitação dessas forças, em relação ao ambíguo papel que lhes foi imputado no combate ao narcotráfico e na diminuição da violência.

A sociedade e os militares sabem que a violência não somente no Rio de Janeiro, mas no país inteiro, provém principalmente da injustiça social, da concentração de riquezas, do desemprego e dos baixos salários. A entrada de armas pesadas e de tóxicos resulta da inoperância do Governo federal.

No Brasil, a redução drástica do papel das Forças Armadas atinge níveis altamente preocupantes. Além dos mecanismos impostos pelo novo ordenamento internacional, permanecem latentes, ainda, algumas reminiscências de revanchismo relativas ao longo período em que os militares ocuparam o poder.

A desastrosa administração Collor, àquela época, já recebia orientação alienígena sobre a importância do esvaziamento do papel das Forças Armadas, em que pese o engodo de ter promulgado a Lei Complementar 69, de 13 de julho de 1991, que atribuía ao segmento militar importante parcela de participação no desenvolvimento nacional.

No momento, a delicada questão de parcerias, pleiteada pela Secretaria

de Comércio Americano, no que respeita ao monopólio das comunicações e do petróleo, caminha a braços com as propostas de emenda da Constituição. Estes fatos, ao coincidirem com possível monitoração externa da Amazônia — em que se planeja a presença física de tropas na região, sob o pretexto de proteção a grupos indígenas — obrigam o Brasil a reverter a situação caótica e de penúria das nossas Forças Armadas, antes que seja tarde.

Não podemos deixar as nossas Forças Armadas transformarem-se em milícias populares, guarda costeira e aviação sem força, atendendo aos interesses do Primeiro Mundo.

Neste ano decisivo para o destino da nação brasileira, em que o seg-

mento militar preocupa-se com a recente criação do Ministério da Defesa, com orçamentos reduzidos, menores do que o recomendável para garantir a manutenção de relativa soberania, o que poderá ocorrer? O seu desmantelamento irreversível, frontalmente contrário ao Brasil novo que tanto almejamos construir.

Há que se refletir sobre o esboço de princípio fundamental que a nova ordem mundial apresenta, quanto ao estabelecimento de um sistema de soberania limitada sobre as áreas do planeta e sob os mais variados pretextos, o qual implica a destruição do conceito de Estado Nacional Soberano. Neste cenário, a Amazônia e seus vastos recursos naturais passariam a ser considerados como Patrimônio

Cruz



da Humanidade. Ora, a lição de Chiapas aplica-se perfeitamente em nosso país, dada a relação que guarda com os problemas da Região Ianomâmi.

Diversos grupos de antropólogos, etnólogos, ecologistas e indigenistas, em comunhão com os centuriões da Wall Street, principais articuladores das ONGs, buscam encetar a idéia-força de fragmentação dos estados. Estes grupos apregoam que os atuais estados devem ser divididos de acordo com rastros raciais e étnicos, de forma a vulnerabilizar a sangria das riquezas nacionais por potências estrangeiras.

A demarcação da área Ianomâmi, imposta ao então presidente Collor após uma negociação com o FMI, causa até hoje grande indignação no meio militar. O subsolo daquela região, além de conter jazidas de ouro, diamante, estanho, cassiterita, zinco, cobre, chumbo e fosfato, detém o privilégio de possuir o rafium e o itrium, minerais de altíssimo valor estratégico.

A Counterpunch, conhecida por divulgar documentos comprometedores do *establishment*, revela que o Chase Manhattan sugeriu ao Governo mexicano a eliminação dos zapatistas, rebeldes indígenas de Chiapas — região que concentra as maiores reservas de petróleo daquele país — como meio de recuperar a confiança dos investidores.

A questão Ianomâmi, em conjunto com a enfadonha polêmica de aquisição de equipamentos para o Sivam e o enfraquecimento do Projeto Calha Norte, merece uma reflexão profunda.

Sob os mantos generosos da ONU, é bem possível que, dentro em breve, os rambos resolvam promover exercícios na região enclave, por eles denominada Nação Ianomâmi.

A nação brasileira não deseja, por certo, exaurir cerca de US\$ 1 trilhão das reservas minerais da Região Ianomâmi, montante suficiente para pagar o equivalente a sete vezes o valor de nossa dívida externa. Não podemos permitir que ocorra a desvalorização do real, semelhante ao que ocorreu com o peso mexicano, e que se expropriem as riquezas da Região Ianomâmi, como aconteceu em Chiapas. Já estamos escaldados, historicamente, quando promoveram a desnacionalização abismal da moeda brasileira frente à moeda inglesa, acompanhada da espoliação de nosso ouro.

O povo brasileiro não quer e não aceita trilhar o episódio de Chiapas. Se necessário for, vamos nos lembrar dos exemplos das guerras do século, travadas na selva (China, Pacífico e Vietnam) que não foram vencidas pelos que dispunham de maior panóplia militar, mas sim pelos que conquistaram o coração e a mente de seus habitantes. O reduzido potencial que ainda resta de nossas Forças Armadas deve permanecer alerta para a Frente Estratégica Amazônica. Neste sentido, torna-se necessário aumentar a quantidade de organizações militares naquela área, com contingentes bem armados e treinados.

O Brasil deve demonstrar ao mundo que a segurança do território e do espaço aéreo sobrejacente da Amazônia é perfeitamente compatível com a proteção do meio ambiente e o respeito às áreas indígenas. Afinal de contas, a ecologia e o índio constituem-se, inalienavelmente, elementos essenciais de nossa nacionalidade.

MANUEL CAMBESES JUNIOR é membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.